



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004789-49.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Eledy Grisel Helena Ferrari**  
 Requerido: **Cassia Quinsler Rodrigues**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Eledy Grisel Helena Ferrari sustenta que em 06.2017 iniciou relacionamento amoroso com *Ubirajara Pereira Rodrigues Filho*, pai da ré Cassia Quinsler Rodrigues, e esta, a partir de então, passou a ofender a honra da autora, abalando inclusive seu relacionamento com o pai da ré, motivo pelo qual é proposta a presente ação, em que a autora pede indenização por danos morais.

Defende-se a ré aduzindo que a autora trouxe apenas transcrições de supostas mensagens via whatsapp, entretanto não as comprova realmente. Acrescenta que o relacionamento da autora com seu pai iniciou-se antes de mesmo de este divorciar-se de sua mãe, o que explica sua indignação, assim como que a honra da autora não foi atingida, porque seu relacionamento com o pai da ré não restou abalado, ao mesmo tempo em que as mensagens foram dirigidas ao pai da ré, sem qualquer intenção de atingir a honra da autora. Páginas 55/73.

Sobre a defesa manifestou-se a autora.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de prova oral, e a documental, que realmente se impunha, deveria ter sido produzida nos momentos previstos na legislação – art. 434, caput, CPC.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assistência Judiciária Gratuita requerida pela autora em réplica. O juízo havia determinado à autora que comprovasse a hipossuficiência, conforme página 26, e esta, por vontade própria, deixou de requerer a benesse, a ela renunciando e recolhendo as custas e despesas processuais – páginas 30/35 e 40/41. Desde aquele momento até o presente, não houve alteração na situação econômica, financeira ou patrimonial da autora. Sendo assim, seja em atenção à proibição de comportamento contraditório, seja por força de preclusão, descabe qualquer concessão da benesse na presente ocasião.

Assistência Judiciária Gratuita requerida pela ré em contestação. Em relação à ré, os documentos de págs. 211 e 75 não foram infirmados por qualquer prova, de modo que deve ser concedido o benefício. A ré é estudante e não consta dos autos que exerça atividade profissional. Não bastasse, a pensão alimentícia, única renda que parece possuir, serve a outras finalidades. Por fim, não há qualquer prova de que a viagem ao exterior foi custeada pela ré com seus próprios recursos.

Passo ao julgamento.

Quanto a manifestações no processo de divórcio, sem razão a autora.

Além de não comprovadas tais manifestações, pela circunstância de que a autora não trouxe qualquer cópia dos referidos autos, em princípio esses peticionamentos não seriam de autoria da ré, que não é parte no processo (como aliás por ela alegado em contestação, página 63, segundo parágrafo), logo não deve por eles responder.

Quanto a manifestações via whatsapp, novamente sem razão a autora.

Verificamos que a autora simplesmente não comprovou o fato constitutivo de seu direito, porque limitou-se a trazer, no bojo da petição inicial, digitações do que teria sido dito pela ré, o que certamente não constitui prova do fato alegado, e sim mera alegação.

Mesmo após em contestação a ré afirmar que essas transcrições não comprovam essas conversas, a autora continuou não trazendo aos autos um *print screen* das conversas, uma



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fotografia, uma ata notarial (art. 384, CPC) que seja.

Tendo em vista que a autora não comprovou o fato constitutivo de seu direito, como se lhe impunha segundo o art. 373, I do CPC, **julgo improcedente a ação**, condenando-a em custas e despesas e honorários, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 20 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**